

O PAPEL DA LINGUAGEM NA CONSTRUÇÃO DAS CIDADES: UMA ANÁLISE A PARTIR DA SOCIOLOGIA DA COGNIÇÃO

Pedro Farias da Cunha

(PPGS UFMG)

RESUMO: A construção de políticas públicas relativas às infraestruturas de uso comum ou ao direito à moradia nas cidades, é um processo desafiador por demandar considerável grau de cooperação e participação entre partes interessadas de diferentes trajetória e origens. Neste contexto, a linguagem empregada entre os atores nas práticas ordinárias deste processo desempenha um papel relevante e de especial atenção, pois através destas ideias são compartilhadas, debates construídos e decisões tomadas. Este artigo tem como objetivo investigar o comportamento linguístico nos referidos diálogos, muitas vezes permeado por jargões e terminologias técnicas particulares ao campo das engenharias e arquitetura, na efetividade dos processos cooperativos de construção das políticas públicas, utilizando como base analítica a Teoria dos Quadros Sociais (Frame Analysis) de Goffman.

Palavras-chaves: linguagem, políticas públicas, infraestrutura, moradia, habitação social, Frame Analysis, Goffman e sociologia cognitivista.

INTRODUÇÃO

A construção de soluções e planos para políticas públicas de infraestrutura e moradia é um processo complexo que envolve múltiplos atores e exige um nível significativo de cooperação e entendimentos compartilhados. Um fator crucial que pode influenciar o ritmo e a eficácia deste processo é a capacidade de compreensão mútua do contexto debatido por parte dos participantes envolvidos.

Nesse sentido há especial atenção no que diz respeito ao linguajar técnico que permeia os debates e discussões sobre os projetos, planos e obras que compõe os programas de definição do espaço comunitário das cidades, assim como das ações que influenciam as moradias urbanas a nível individual. Logo vemos que a linguagem utilizada nas discussões sobre políticas públicas não é apenas um meio de comunicação; ela molda a forma como os problemas são

compreendidos, as soluções são formuladas e a participação dos cidadãos é facilitada, ou mesmo dificultada.

O presente artigo busca entender como a linguagem técnica vinculada ao campo das engenharias e arquitetura, muitas das vezes composta de terminologias particulares às referidas áreas, pode impactar a assimilação e o processamento de informações durante as interações entre os diversos atores envolvidos, e assim consequentemente na própria dinâmica deste processo participativo. Ao avaliar a configuração do processamento cognitivo dos símbolos associados à essa linguagem é possível investigar como diferentes interpretações e enquadramentos (Goffman, 2012), geram incompatibilidades nas leituras comuns aos cenários passados, presente e futuros, podendo comprometer assim a efetividade dos processos de construção colaborativa das políticas públicas.

Discutir acerca de como os enquadramentos destas práticas, que idealmente deveriam ser compartilhados entre os participantes à níveis primários e básicos, se desenvolvem e se ajustam a partir das diferenças linguísticas empregadas nos diálogos, é um importante meio de avaliação crítica das referidas dinâmicas participativas desenhadas para a construção das políticas públicas. Apresentado pelo autor como “uma metáfora inevitavelmente tangível para aquilo que outros sociólogos tentaram evocar por meio de palavras como “pano de fundo”, “cenários”, “contexto”, ou como uma expressão como “em termos de” (Goffman, 2021, p. 17-18), o conceito de “quadro” (*frame*), nos oferece uma perspectiva valiosa ao embasar cientificamente o tema de pesquisa, nos auxiliando a categorizar os padrões e formatações comuns às interações humanas, construindo portanto pontes para avaliações mais concretas.

Veremos que o processo de enquadramento molda não apenas a percepção da realidade individual, mas também as expectativas coletivas sobre como os problemas urbanos devem ser abordados, ou seja, formatam a própria definição do espaço social, demonstrando portanto que nossa agência perante o referido tema é mais ampla do que imaginamos.

O PAPEL DA LINGUAGEM NOS PROCESSOS COOPERATIVOS

Inicialmente, buscando compreender qual função a linguagem exerce na capacidade cooperativa e de construção conjunta de soluções para as cidades, se faz necessário o aprofundamento teórico acerca da ideia de processamento mental empregado pela sociologia

da cognição. Embora o curso cognitivo não fosse o foco dos estudos de George Mead, suas reflexões relativas a uma psicologia social interacionista são importantes à nossa compreensão inicial de que o mundo é sumariamente construído a partir das práticas, fluxo instrumentalizado pela comunicação, e portanto pela linguagem.

Em *Mente, Self e Sociedade* (Mead, 2010), o sociólogo explana como a partir das experiências relacionais ordinárias, apresentamos um comportamento reflexivo exclusivo ao ser humano, na busca por controle e condução de nossa conduta perante os estímulos externos do ambiente e sociedade. O também psicólogo ainda na década de 30, época em que não havia explicações científicas precisas acerca do funcionamento neural do cérebro, já era capaz de esclarecer fundamentos acerca de nossa capacidade de orientarmos uns aos outros para a identificação de terceiros ou de coisas externas, como parte de nosso desejo individual em adequar-se ao mundo social.

Indicava já naquela época esboços do que mais tarde seria conceituado como o processo de *mindreading* constante na *Theory of the Mind*¹, ou resumidamente a capacidade humana de enxergar alternativas de resposta em função da projeção do comportamento futuro do mundo externo, e a partir deste processo quase premonitório, escolher a ação que lhe pareça mais adequada aos seus anseios particulares.

Se trata de avaliações que indicam que conscientemente e inconscientemente, nosso *self*² projeta a todo momento desfechos possíveis e impossíveis para nossa existência, em função da observação ininterrupta do mundo social integrada aos aprendizados adquiridos por nossas experiências previas, proporcionando ao indivíduo determinado e limitado controle do planejamento de seu comportamento desejado. Vemos portanto que ao interagirmos com o meio social, reificamos o outro no intuito de dissecar a sua influência, ao mesmo tempo em que também somos a este objeto de avaliação, criando assim uma dinâmica reflexiva e imaginativa mediada pelo self.

¹ ToM se refere à abreviação de Theory of Mind que diz respeito à hipótese do cérebro social como o resultado da evolução cognitiva necessária para que o ser humano pudesse ser capaz de solucionar seus desafios sociais (Dunbar, 2010).

² Conceito utilizado para se referir à capacidade reflexiva e exclusiva do ser humano, em conectar não só por instinto, o passado, presente e futuro, adequando sua conduta em função da análise de seu meio social (Mead, 2010).

Mead (2010) ressalta a relevância da comunicação como fio condutor deste processo de experimentação mental. Os objetivos autodeterminados comentados acima, se instrumentalizam pela efetivação de nossa expressão individual ao meio social. Ou seja, a construção do ambiente social, realizada através da dotação de sentidos e significados à matéria, está diretamente conectada à linguagem, ao mesmo tempo em que tal ambiente aciona e direciona o referido processo reverso, retroalimentando os signos possíveis a partir das avaliações individuais correntes. A linguagem, portanto, é “forma de vida, um comportamento que assume, conforme as condições e circunstâncias, as funções das mais distintas.” (Araujo, 2004, p.263), sendo instrumento vivo e de influência relevante à capacidade de cooperação dos agentes envolvidos na definição das políticas das cidades.

Retornando ao panorama de construção das cidades, a partir da análise de discursos e práticas, vemos que os agentes que direta ou indiretamente participam das definições acerca do planejamento urbano, apresentam determinado habitus vinculado a práticas de comunicação particulares:

Da leitura dos planos diretores e das políticas e programas públicos produzidos ao longo dos últimos 30 anos na cidade de São Paulo, observa-se a lógica manifesta da intervenção e do controle. O habitus que emerge dessa prática de planejamento, independentemente dos regimes administrativos que se sucederam, sugere haver uma percepção homogênea e um entendimento comum sobre o papel "estratégico" do planejamento como instrumento destinado a promover e coordenar articulação das diversas cidades dentro da cidade (Torres, 2012, p. 126).

Em função deste modo de percepção de sua função social, e logo de um perfil por vezes tecnicista e pragmático - necessários para exercer parte de suas funções diga se de passagem – os agentes avaliados empregam signos particulares em suas ações e práticas de trabalho, que muitas das vezes não são compartilhados integralmente por seu público-alvo. Tal efeito acaba por originar aos planejadores representações e significados de mundo distintos aos experimentados por seu público-alvo, efeito curioso e particularmente interessado neste texto.

É preciso ressaltar o entendimento de que a referida figura do agente comentado, não se aplica obviamente a todos os profissionais envolvidos nestas definições, ou seja, não há aqui intenção de generalizar o operador urbano. A tipificação simbólica aqui proposta leva em consideração que a subjetividade de cada indivíduo pressupõe particularidades que o aproximam ou afastam desta imagem projetada, adotada aqui à título de exercício reflexivo, e

que sobretudo a formação e origem de cada indivíduo deste campo é fator chave nestas semelhanças e diferenças notoriamente existentes. Dito isso, é ainda preciso aceitar como premissa importante, o fato de que há principalmente nos profissionais das engenharias responsáveis pela elaboração e execução do ordenamento urbano, traços comuns em sua racionalidade cartesiana que os conectam e que compõe um campo de atuação particular, sendo, portanto estes o nosso principal ponto de interesse.

Prosseguindo, uma proposição de mundo construída a partir de símbolos de associação apartados da realidade, pode criar discursos virtualmente associados às demandas da cidade, o que explicaria uma parcela da razão pela qual as políticas desenhadas nem sempre abordam efetivamente as necessidades da ponta do processo de desenho urbano dos moradores. O uso de símbolos sociais cujos significados vão muito além das barreiras técnicas de seu entendimento, exclusivos por vezes à determinada parcela da população, parece contribuir para a perpetuação de políticas ineficazes em reduzir as práticas de segregação e violência identificadas principalmente nos grandes centros urbanos, especialmente nas periferias e favelas.

Observando melhor a construção destes signos, vemos que nem mesmo conceitos básicos ao campo da gestão urbana, como concepções de espaço e moradia, possuem significado pacificado e compatível ao objeto intencionado. A adoção de visões excessivamente materialistas de mundo, sem dúvida favorece percepções e logo construções guiadas por limites físicos, daquilo que se vê e do que se pode controlar, negligenciando significados relacionais profundos e necessários às intencionalidades buscadas pela variedade social de indivíduos que ocupam uma mesma cidade.

Como exemplo vemos que o espaço, produto e produtor de práticas sociais e do conflito de interesses, e, portanto, fundamental objeto de análise para qualquer iniciativa que busque equalizar a desigualdade de distribuição de capitais no ambiente urbano, é em partes reduzido por determinados agentes à concretude de zoneamentos, divisas e limites cartográficos. De forma semelhante a moradia, alicerce das bases sociais e familiares, que fundamentam a saúde comportamental de indivíduos e coletivos no que tange os modos de vida escolhidos e possíveis, é parcialmente vista através de lentes pragmáticas do estritamente palpável, reduzindo seu conceito à materialidade de suas paredes, portas e janelas. Vemos dois exemplos de categorias

cujo significado acaba por influenciar todo um processo de construção dos planos urbanos em sua raiz.

A observação de qualquer espaço não só como meio absoluto, mas também relativo e relacional (Harvey 2013), nos permite romper com o senso comum do meio urbano como ambiente exclusivamente físico, tátil, visível e inserido dentro dos limites administrativos do município, sendo ação necessária para que se possa projetar sua funcionalidade em concordância com as demandas sociais dos indivíduos que nele residem. Entender que todo e qualquer local é resultado e resultante de seu meio, e consequentemente das relações que ali existem, nos aponta para a necessidade de se projetar o espaço finalístico levando em consideração as interações que nele se operam. Só assim os desenhos hipoteticamente projetados para o ambiente urbano, poderão ser efetivamente vivenciados por seus moradores.

Mais do que o uso de significados incompletos ao ambiente social compartilhado, é possível discutir o uso de um linguajar simbólico por parte dos técnicos urbanos, fortemente composto por terminologias digitais que em alinhamento ao seu padrão regulador, buscam limitar, prever, e controlar sequencialmente o ambiente das cidades. Em contrapartida, vemos que as práticas sociais reais são exatamente o oposto. Substancialmente analógicas, são integrais, infinitamente variadas em função da individualidade humana, emergentes e incontrolláveis por regras absolutas. Sendo a realidade essencialmente dialética e uma eterna construção, é notória a incompatibilidade de sua representação por categorias finitas, criando-se aqui uma desarticulação ampla entre os planos virtuais e a vida real.

Zonas de uso, coeficientes de construção, faixas de domínio, superestrutura, traçados, projetos, cronogramas, são exemplos de termos técnicos largamente empregados pelos planejadores, geralmente de forma isolada quanto ao seu contexto e, portanto, sem a devida avaliação do significado processual que carregam, e que dessa forma não auxiliam na construção de sentidos de mundo compartilhados e capazes de conectar as demandas das cidades às políticas que as coordenam. Mais do que termos e palavras, são signos semânticos que equivocadamente tratados contribuem para a estruturação e perpetuação do quadro social estudado.

Vemos ainda recentemente crescer o uso de recursos linguísticos primitivos para cumprir com tal tarefa. Cenários de extremo risco são a personificação rasgada do insucesso da

gestão urbana em prevenir a concretização de determinados impactos. Cada vez mais as cidades empregam o uso de dispositivos primitivos linguisticamente falando, tal como alarmes e sirenes, como última alternativa de comunicação com seus moradores, em casos em que já não há tempo para tentar instituir o diálogo que nunca existiu.

O uso rudimentar deste tipo de “solução” pode simbolizar uma incapacidade dos agentes públicos em promover a ocupação do espaço urbano em condições de mínima igualdade, sintetizadas como o direito de moradia digna a todos. A apropriação e o uso de símbolos não compartilhados por planejadores e moradores, impedem a conexão de percepção de mundo, e consequentemente o mundo idealizado no papel não é capaz de prever as necessidades do mundo real, ou mesmo integrar os riscos oriundos do processo de modernização das cidades (Beck, 2010), sendo as consequências materializadas em catástrofes “naturais”.

Sobretudo, os atores que necessariamente precisariam compartilhar conteúdos e percepções comuns para promover os mínimos padrões de cooperação (Tomasello, 2019) entre as partes, necessários para a busca conjunta de soluções aos problemas urbanos, parecem não convergir para tal finalidade. Há portanto a possibilidade de existir práticas e atitudes ligadas à particular linguagem, que ainda que inconscientemente, formam mapas mentais compostos por signos e representações das cidades consideravelmente diferentes entre seus ocupantes.

ACERTOS E DESACERTOS NOS ENQUADRAMENTOS URBANOS

Goffman (2012, p.18) a partir de sua teoria do *Frame Analysis*, nos explica que “[...] aquilo que está ocorrendo numa interação é governado por regras ou princípios em geral não declarados, estabelecidos mais ou menos implicitamente pela natureza de alguma entidade maior, embora talvez invisível (por exemplo, a “definição da situação”. Tal premissa é a base para seu esforço de teorização dos enquadramentos sociais, em que sumariamente ele acredita na existência, e busca logo compreender, as configurações e o formatos das regras sociais intrínsecas a qualquer interação social.

Vemos em sua obra que os significados e logo as palavras acionam, mentalmente a associação de determinadas imagens mentais que por sua vez acionam esquemas cognitivos, denominados pelo autor de frames ou enquadramentos. Estes contribuem para a insurgência de rituais de construção de sentido por procedimentos subjetivos. Por exemplo, ao acionar a

palavra moradia, cada indivíduo realizará a construção de um imaginário particular, vinculado ao seu significado subjetivo e íntimo, dando sentido único ao conteúdo ao apresentado.

Os enquadramentos que Goffman denomina como primários, são aqueles construídos em função do “fluxo de experiências depositados na memória dos falantes” (Pereira, 2023, p. 4), e seu acionamento a partir do contato com as palavras, evoca a concatenação imediata de frames associados ao signo lido, promovendo a criação de narrativas mentais que nos auxiliam a compartilhar o mundo social no mesmo processo descrito por Mead. Logo se desejamos construir planos para as cidades que atendam as demandas de seus moradores, não há outro caminho se não o de construir enquadramentos comuns entre os agentes planejadores e seus moradores.

Aplicando a dissociação explanada anteriormente à teoria do Frame Analysis, podemos pensar que o uso de determinados símbolos estritamente técnicos, desvinculados de maiores explicações que busquem atingir enquadramentos primários divididos pelos participantes do diálogo, acaba por impedir a construção de significados comuns, ou mesmo mundos compartilhados: “[...] as palavras desempenham como fonte de enquadramento errôneo para o seu receptor” (Goffman, 2012, p.601)

O autor aqui separa os enquadramentos primários em dois tipos, os naturais e os sociais, sendo este segundo o alvo de nossa avaliação, uma vez que o primeiro diz respeito à noções fundamentalmente físicas e biológicas de nosso mundo, sem juízo de valor em relação ao acontecimento, sendo geralmente compartilhadas por todos como por exemplo a noção de tempo e temperatura. Os enquadramentos sociais primários por sua vez, são esquemas que incorporam vontades, objetivos, esforços e logo intenções humanas, sendo logo suscetíveis à “tonalização” (*keying*), ou seja, a um conjunto de convenções que damos à determinadas interpretações, diferindo portanto a percepção que cada indivíduo pode ter de uma mesma realidade.

Uma tonalização “[...] desempenha papel crucial para determinar o que nos pensamos que está realmente ocorrendo” (Goffman, 2012, p.73), uma vez que a compreensão dos fatos passa pela conjunção de percepções naturais (não tonalizadas) e transformadas (tonalizadas), sendo normal e desejado que as experiências sejam transformadas para que possam construir os objetivos almejados e para que sua missão seja transmitida a todos os envolvidos. Dessa

forma podemos ressaltar que o esforço intencional e provocado deliberadamente, para compartilhar as tonalizações das práticas nas cidades, é chave para enquadramentos comuns na construção de políticas públicas efetivas, sendo este muitas das vezes operacionalizada pela fala e escrita, sumariamente pela linguagem.

Cabe ressaltar brevemente uma importante diferenciação. Não nos referimos aqui à tonalização como a possibilidade de implantação de manobras e manipulações exercidas para transformar os entendimentos a favor de um ou outro lado. Este se trata de um conceito distinto e a parte, teorizado pelo autor como *maquinação*, ou “o esforço intencional de um ou mais indivíduos, destinado a manobrar uma atividade de modo que uma ou mais pessoas sejam induzidas a ter uma falsa convicção a respeito daquilo que está ocorrendo” (Goffman, 2012, p.118).

Não se ignora a existência de ações desta natureza nas interações de construção das políticas públicas, uma vez que como qualquer relação humana conflito de interesses provocam este tipo de situação, porém partimos aqui do princípio de que este tipo de ocorrência esta ligada e sobretudo demanda outro tipo de análise, pautada no jogo de forças e agencias, não sendo este o foco deste artigo. Sobre tudo estamos interessados nas confluências que buscam a construção conjunta e positiva: “[... enquanto a tonalização leva intencionalmente todos os participantes a terem uma mesma visão daquilo que está ocorrendo, a maquinação requer diferenças” (Goffman, 2012, p. 119).

Dessa forma, ainda que haja enquadramentos flexíveis e moldáveis que possam se encaixar buscando determinado ajuste ao posicionamento social almejado através do referido processo de tonalização citado pelo autor, vemos casos de agudo *desquadramento* entre os atores. Casos em que o *estado de informação*³ simplesmente não coincide. Situações em que não há diálogo possível, enquanto troca de percepções e construção conjunta de ações intencionadas à resolução dos problemas do mundo em função de estados de informação consideravelmente distintos, formando, portanto relações em que há um descompasso significativo entre a possibilidade de construção de símbolos comuns.

³ Conceito atribuído pelo autor ao “conhecimento que um individuo tem sobre a razão porque os acontecimentos ocorreram da maneira como ocorreram, sobre os quais as forças presentes, quais as propriedades e intenções das pessoas relevantes e qual o provável resultado” (Goffman, 2012, p. 176)

Mais do que isso, a repetição de determinados frames, ou mesmo o descaso em trabalhar a reconstrução de frames comuns por parte dos envolvidos, intensifica o distanciamento cognitivo entre indivíduos, uma vez que o acionamento regular dos enquadres fortalece os circuitos e caminhos neurais já utilizados pelo cérebro humano para sua associação (Lakoff, 2004). É como se os enquadramentos fossem construções enraizadas em nosso sistema cognitivo, cujo acionamento se dá em função da incorporação individual ao mundo (contexto), do sistema de gerenciamento dos *self's*, e por último das intencionalidades almejadas pelo indivíduo em questão.

Podemos refletir que visualizar o horizonte através do estado de informação do contexto da política debatida, é ter condições de projetar o futuro. Dessa forma, compreender algo a partir de enquadramentos errôneos leva a comportamentos equivocados. Mais do que isso, estabelece uma “gramática de expectativas que não funcionarão” (Goffman, 2012, p. 378) na busca pela promoção de ambiente urbanos mais inclusivos e igualmente distribuídos entre seus moradores.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Podemos portanto supor que em situações de desenquadramento nos debates das políticas públicas, a capacidade de mindreading do agente que desenha as soluções, assim como a do morador que busca transmitir suas necessidades é limitada. A incompatibilidade de ler o outro e sua visão de mundo, acaba por isolar as soluções projetadas e demandas pela população d agência do planejador.

O aprofundamento da observação das referidas práticas ordinárias e cotidianas nos indica sensações de confusão mental entre os atores presente nestes momentos, que por sua vez corroboram com o exposto. Outros estados mentais (Maslin, 2009) das partes interessadas também são alterados. Não somente sensações como a de não pertencimento, impotência e isolamento surgem das interações, mas também estágios emocionais de tristeza e apatia inconscientemente emergem a partir de experiências relacionais desastrosas, em que geralmente muito está em jogo para os moradores.

Goffman nos ajuda a compreender que por vezes é necessário esforço para fornecer novas versões que busquem enquadramentos comuns. Esforços que passam pelo diálogo, pela

tradução, pela construção de pontes linguísticas, materializados através de práticas inclusivas e pacientes entre os atores. Assembleias, encontros comunitários, debates e esclarecimentos técnicos acerca dos projetos e obras das cidades.

Não podemos desconsiderar que o envolvimento entre os atores é dessa forma chave para o sucesso deste objetivo. O envolvimento duradouro no caso, de longo prazo, que entrelaça os participantes sendo inconsciente e não provocado. O que justamente o promove é o atingimento de um sentido ao enquadramento debatido, ou seja, o senso de pertencimento à relação em questão, a sensação de fazer parte das definições em curso, uma vez que compreender o quadro nos capacita a enfrentar os acontecimentos e adversidades que naturalmente surgem.

Muitas das vezes os agentes e técnicos responsáveis pelo ordenamento urbano são sujeitos distantes da realidade social do programa urbano debatido, sendo dificultosa a assimilação do real significado que determinada intervenção pode representar na vida dos moradores e da ancoragem que aquela atividade socialmente possui. É necessário engajamento de agentes e moradores no processo de troca e transmissão das ideias debatidas e construídas, para assim ultrapassar as barreiras que a subjetividade de cada falante apresente na versão dos fatos apresentada.

A simplificação da linguagem utilizada nas discussões sobre políticas públicas é uma estratégia fundamental para aumentar a inclusão e a participação dos cidadãos. O uso de uma linguagem comum pode facilitar o diálogo, permitindo que os moradores expressem suas preocupações e propostas de forma mais eficaz, se tornando agentes efetivos de construção das cidades, contribuindo portanto para a real assimilação do espaço social que lhes é de direito.

Podemos pensar que reconfiguração dos quadros utilizados nas discussões sobre infraestrutura e moradia pode promover uma nova dinâmica de diálogo. Ao utilizar uma linguagem que ressoe com as experiências dos moradores, é possível construir uma narrativa mais inclusiva e colaborativa. Talvez o uso de alternativas que promovam a “tradução” de mundos tão distintos, pode ser uma saída interessante e mais viável do que esperarmos por mudanças substanciais no campo do planejamento urbano, e consequentemente em seu habitus dominante.

As Assessorias Técnicas Independentes, informalmente chamadas de ATIs, desempenham como parte de seu escopo também este papel. Contratadas idealmente para apoiar as vítimas do rompimento de barragens como nos crimes de Mariana e Brumadinho, tem apresentado sucesso na construção de pontes linguísticas e simbólicas, necessárias à incorporação efetiva da agência de seus atendidos na construção dos planos de reparação e replanejamento de suas cidades. Nesta linha, podemos acertar que frentes de trabalho que busquem o acesso aos direitos previstos na Lei de Assistência Técnica para Habitação de Interesse Social (Lei 11.888/2018) são de extrema relevância na construção de processos mais inclusivos para a construção de nossas cidades.

REFERÊNCIAS

- Araújo, Inês Lacerda. **Do signo ao discurso: introdução à filosofia da linguagem**. Parábola, 2004
- BECK, Ulrich. **Sociedade de Risco: rumo a uma outra modernidade**. São Paulo: Editora 34, 2010
- Dunbar, R. I. M., et al. **“The Social Brain and the Distributed Mind”**. In Dunbar, R. I. M., et al. Social brain, distributed mind. Oxford University Press, 2010
- HARVEY, D. **O espaço como palavra-chave**. GEOgraphia, v. 14, n. 28, p. 8-39, 29 abr. 2013
- LAKOFF, G. **Don’t think of, An Elephant! Know Your Values and Frame the Debate: The Essential Guide for Progressives**. White River Junction: Chelsea Green Publ, 2004
- Maslin, K. T. **Introdução à filosofia da mente** / K. T. Maslin ; tradução Fernando José R. da Rocha, - 2 . ed. - Porto Alegre : Artmed, 2009
- MEAD, G.H. **Mente, Self e Sociedade**. Aparecida, SP: Editora Ideias e Letras, 2010
- Pereira, Fabio. **Frames em jogo na construção do conhecimento**. Revista FT, Rio de Janeiro, (Rio de Janeiro), Edição 119, 1-29, fev, 2023.
- Tomasello, Michael. **Becoming Human: A Theory of Ontogeny**. The Belknap Press of Harvard University Press, 2019
- Torres, N. R. **Habitus, planejamento e governança urbana**. Cadernos MetrÓpole, [S. l.], v. 14, n. 27, p. 115–133, 2013. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/metropole/article/view/14783>. Acesso em: 10 nov. 2024